

ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO: INCLUSIVA OU EXCLUSIVA?

Milena Lucania de Freitas (Mestranda PPGEs - UFSCar)

milena13pedagogia@gmail.com

Agência de Financiamento: CAPES

Prof. Dr. Fábio Fernandes Villela (Docente Unesp - IBILCE)

fabio@fabiofernandesvillela.pro.br

Profa. Dra. Márcia Duarte Galvani (Docente PPGEs - UFSCar)

marciaduar@yahoo.com.br

Eixo Temático 1: Do direito á educação: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade social.

RESUMO

Este trabalho é de cunho bibliográfico do tipo estado da arte, no qual foi feito um levantamento dos dados do censo escolar dos anos de 2016, 2017, e 2018; referente às matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial em escolas localizadas na área rural do Brasil, e do município de São José do Rio Preto. Teve como objetivo investigar de que modo estava acontecendo o processo de escolarização dos alunos Público Alvo da Educação Especial nas escolas do campo do Brasil. Segundo parte dos resultados alguns direitos essenciais para a escolarização e efetivação da inclusão do público da educação especial como a formação continuada, o ensino colaborativo, as Relações interpessoais e a Aprendizagem dos alunos estão sendo garantidos nas escolas rurais de acordo com alguns estudos; já outros trabalhos revelaram como ainda são necessárias práticas que promovam a permanência destes estudantes. Este trabalho buscou dar uma maior visibilidade para os estudos da área e salientar a timidez das pesquisas no país nesta temática, na qual a população estudada está cada vez mais adentre as escolas camponesas brasileiras, e do município analisado, assim como apontam os dados do censo escolar que este número de matrícula só vem aumentando com o passar dos anos.

Palavras-Chaves: Educação Especial. Educação no campo. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil possuem diversos documentos oficiais que garantem o direito a educação a todas as pessoas com deficiência que estudam em escolas urbanas ou rurais, dentre estas podemos ver a Política Nacional de Educação especial (2008), Decreto Nº 7.611; Decreto 7352/2010; Resolução nº 2/2008 (BRASIL, 2008c); Plano Nacional de Educação (2011-2020); entre várias outras, afirmam os direitos de todos os estudantes com deficiência, de terem uma educação de qualidade. Nessa perspectiva percebemos a necessidade de analisarmos os processos de inclusão dos educandos camponeses deficientes na educação, para assim observarmos se de fato eles têm seus direitos garantidos nestas escolas e observar como estão sendo oferecidos os caminhos para sua escolarização e inclusão.

Para isso, neste estudo foi realizada uma análise das matrículas cadastradas no censo escolar nos anos de 2016, 2017 e 2018; referente aos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), matriculados em instituições do município de São José do Rio Preto, e em todas as escolas rurais do Brasil. Foram levantadas também as matrículas da cidade de Rio Preto, pois foi um dos pontos que promoveram a motivação para a realização desta pesquisa, e que compactuou para o surgimento do objetivo desse estudo, neste município de São José do Rio Preto possuem oito escolas localizadas na área rural, onde uma delas foi visitada pela autora, em um período que havia chegado diversos alunos público da educação especial.

Estes dados do censo escolar apontaram que em São José do Rio Preto, o número de matrículas de 2016 para 2018 diminuiu; e no país este número só aumentou, de modo significativo, de 2016 para 2018. Isso nos leva a afirmar que estes alunados, assim como nas escolas das áreas urbanas, estão também tendo acesso às escolas localizadas nas áreas rurais.

Para descobrir como esta acontecendo o processo de inclusão escolar destes estudantes, foi realizada uma busca em dois bancos de dados, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), usando as palavras-chave: “educação especial nas escolas do campo”, “educação inclusiva nas escolas rurais”, onde foram encontradas 3.358 trabalhos, e após revisão minuciosa dos títulos e

resumos, destes, somente nove pesquisas foram selecionadas, pois tratavam a temática “educação especial e educação rural”.

Com a afirmação revelada pelos micro-dados do INEP, de que os PAEE estão chegando às instituições, objetivo do estudo foi de investigar de que modo estaria acontecendo o processo de escolarização dos alunos Público-alvo da Educação Especial nas escolas localizadas na área rural do Brasil, desde as estruturas até as práticas e ações dos professores, e profissionais das instituições, se esses colaboram ou não para a efetivação da inclusão do PAEE.

Os foram subdivididos os principais resultados das pesquisas entre as concordâncias e discordâncias dos autores entre si, acerca dos direitos e ações para a promoção da inclusão; e por fim discutimos a análise desses resultados principais buscando conhecer a situação escolar dos alunos PAEE, com base nos resultados trazidos nos resumos dos trabalhos acadêmicos. Consideramos, que a obtenção destes resultados aqui analisados foi feita a partir dos resumos das teses e dissertações aqui analisadas, por este motivo os resultados estão sintetizados, e pode ser que alguns dados não estejam aqui contemplados, por conta desta sistematização.

Os resultados das pesquisas mostram que segundo as experiências encontradas os alunos que estudam nas escolas rurais regulares passam por alguns desafios maiores em sua escolarização, tais como, a falta de recursos locomotivos, estruturais, formativos, humanos, entre outros. Compreendemos com base nestes dados, que a efetiva inclusão dessas pessoas está acontecendo em algumas escolas, mais na maioria não se efetiva de modo pleno, gerando assim em muitos casos a exclusão das pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dessa maneira, percebemos que estes alunos estão tendo acesso assim como garante as leis, mas vemos que a garantia de outros direitos essenciais ainda está passando por luta para sua efetivação total.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a exclusão e a urgente inclusão dos grupos minoritários vem ganhando relevância no Brasil. Vemos essa realidade com tantas discussões sobre assuntos, sobre leis e decretos que vem adicionando direitos e acesso aos grupos das pessoas deficientes e de povos do campo, que antes muitas vezes não eram encherçados pela sociedade (CAIADO; MELETTI, 2011).

Caiado e Meletti (2011, p. 47) alegam a necessidade de pesquisas na temática, para que assim o “silêncio” acadêmico seja quebrado. As pesquisadoras consideram responsabilidade de a universidade cumprir seu papel na produção de conhecimento que responda ao direito à educação escolar de todos os alunos com deficiência, inclusive dos que vivem no campo. Segundo elas o direito à escola compreende: “[...] a matrícula, permanência, apropriação do conhecimento para participação social e ao respeito às especificidades do sujeito desencadeadas não só pela condição de deficiência, mas também pelas peculiaridades culturais e sociais da vida no campo [...]”.

Pletsch e Fontes (2006), afirmam que incluir estes alunados não se justifica apenas em matricular este aluno em uma escola de ensino regular, mas é necessário que os professores promovam a participação, comunicação e o aprendizado, e para atingir esta meta de uma escola inclusiva, é necessário conhecer suas necessidades e potencialidade para preparar-se um ambiente propício para o desenvolvimento, que também leve em consideração suas potencialidades principalmente.

A educação inclusiva é a compreensão do nosso papel como professor. Podemos concluir que com as leis, a partir da constituição de 1988, que todos os alunos com suas diversas diversidades devem ter uma educação de qualidade. A partir daí com estas leis e movimentos pela luta e promoção das diversidades humanas assegura-se que nas instituições de ensino em todos seus termos seja repensada a educação para toda esta multidiversidade, e não somente para os alunos “padrões” idealizados pela sociedade burguesa e etilista.

Neste cenário da escola que tem o dever de ser inclusiva, onde vemos as leis que garantem o acesso dos alunos, e a promoção do seu ensino com qualidade, consideramos que estas leis garantem os direitos de todos os alunos sejam eles os que estudam na cidade ou no campo. Nesta perspectiva de uma educação inclusiva em escolas do campo aparece sua garantia em uma legislação específica voltada a educação do campo, que é a Resolução nº 4/2008 (BRASIL, 2008), na qual está afirmado que:

§ 5º - Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular (BRASIL, 2008, s/p).

Está garantia de uma escola inclusiva no campo, com qualidade e todos os recursos necessários também está exposta no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que afirma que deve fazer parte das escolas do campo, indígenas e quilombolas os recursos necessários que atendam as necessidades específicas destes grupos:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008, p. 17).

E por fim vemos no Plano Nacional de Educação (2011-2020), em sua meta 4 que o ensino deve se “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 2011, p.7); nesta meta específica uma estratégia que norteia que nas escolas rurais também devem: “Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais [...]” (BRASIL, 2011, p.7).

Para Amoedo (2015), a consolidação das experiências de Educação do Campo demonstra a luta dos movimentos camponeses. A Educação do Campo nos permite visualizar um projeto de sociedade alternativo ao hegemônico. Buscando acabar com a exclusão social e educacional que sempre imperou no campo brasileiro. Demonstrando que ler, pensar, refletir,

escrever; é uma necessidade e um direito de todos, apesar de ter sido marcado pela negação aos povos do campo e as pessoas com deficiência. Logo, a conquista da Educação do Campo e da educação inclusiva é uma condição fundamental para a cidadania dos povos deficientes e camponeses.

Para Palma e Carneiro (2017, p. 23), a realidade educacional do campo precisa levar em consideração a cultura campesina, e: “[...] a trajetória de luta pela terra e a perspectiva que esses habitantes têm de continuar nela em posse de conhecimentos científicos, tornando viável o sustento da família e a relação com o meio ambiente [...]”.

A escola inclusiva deve ser flexível e como discorre Palma e Carneiro (2017), ela deve levar em conta as especificidades de seu público, não podendo ser assim unificada, e nem padronizada. Principalmente, quando falamos das escolas localizadas no meio rural, pois é extremamente primordial que estejam adequadas à realidade sociocultural do contexto no qual estão inseridas, com o objetivo de proporcionar melhores condições para a aprendizagem.

Na fala de Carvalho (2004, p. 77), um dos autores dos estudos aqui analisados, vemos claramente que assim como nas escolas da cidade, nas escolas do campo também são necessárias ações para implementar estas políticas: “[...] as leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações [...]”, ou seja, não adianta termos leis, se não tiverem propostas do governo, das escolas e de toda sociedade para os direitos do aluno com deficiência e camponês tenha uma educação de alta qualidade.

Para Palma (2016), um dos fatores da falta de apoio familiar era que os pais não reconheciam seus filhos com deficiência, talvez seja por falta de conhecimento, ficando nas “mãos” da escola a responsabilidade de levar as famílias o conhecimento e diálogo sobre o que são as deficiências e como eles podem contribuir no desenvolvimento dos filhos conhecendo suas necessidades e potencialidades.

Observamos assim, que toda a sociedade deve fazer parte do processo de inclusão, e vemos que muitas vezes alguns pontos característicos da área

escolar do campo, necessitam ser discutidos nestas comunidades e em toda a sociedade acadêmica. Principalmente por conta da interface na educação especial na educação do campo possuir “elementos marcadamente de esquecimento, preconceito e indiferença que caracterizam essas duas modalidades da educação brasileira ao longo do seu surgimento histórico.” (SOUZA, 2012, p. 7).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi feita uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. De acordo com Haddad (2000, p. 4), os estudos de Estado da Arte permitem: “[...] identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados, abertos à pesquisa futura [...]”. O entendimento a respeito da metodologia de pesquisa que utilizamos neste trabalho se referencia em Thiollent (2003, p. 25), para quem: “[...] a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação [...]”.

3.1 Matrículas do censo escolar de 2016 á 2018

Foram analisadas inicialmente as matrículas do Censo Escolar dos estudantes público alvo da educação especial matriculados em escolas no campo comuns referente ao Município de São José do Rio Preto, e adiante as matrículas nas escolas rurais brasileiras.

Percebeu-se com base nos números de alunos matriculados no Censo Escolar no Município de São José do Rio Preto, que em 2016 o número total de alunos P.A.E.E. matriculados em escolas rurais na educação infantil eram 7 alunos, e essa quantidade de alunos matriculados houve um pequeno aumento de 4 alunos nesta etapa no ano de 2017; e já em 2018 este número caiu para 5 alunos. No ensino fundamental em 2016 o número de matrícula foi de 49 educandos e em 2017 diminuiu para 46 e no ano de 2018 para 38 matrículas. Neste âmbito não especifica e não podemos declarar o porquê da diminuição deste número ao longo de um ano mais pode ser por

diversos fatores, como a busca por uma escola com recursos necessários, ou mudança etc.

Mas o dado mais impactante e preocupante é o número de alunos no ensino médio que diminuiu de 1 em 2016, para nenhuma matrícula nos anos de 2017 e 2018. E deste resultado surgem diversos questionamentos o primeiro é que nas áreas rurais deste município não deve ser ofertado o ensino médio, ou que estes alunos não estão chegando ao ensino médio, ou estão indo para as escolas urbanas; tentaremos com ajuda das pesquisas identificadas apontarem a essas respostas. E por fim o número de matrículas na EJA aumentou de 2016 de nenhuma, para 3 em 2017, e em 2018 duas.

No Brasil podemos observar que o número de educandos com necessidades especiais matriculados em escolas rurais e cadastrados no censo escolar em nosso país é grande; e que ele foi aumentando gradativamente de 2016 a 2018 em todas as etapas da educação básica, como podemos observar nas tabelas. A etapa que contém mais alunos é o ensino fundamental e mais uma vez podemos observar que esse número reduz imensamente ao chegar ao ensino médio, isso pode ser atribuído muitas vezes pela evasão que estes educandos têm muitas vezes e que não chegam até a etapa final da educação básica, ou por outros motivos que levantamos acima.

Se existem tantos alunos assim (ou até mais, por exemplo: os que não estão cadastrados por falta de laudo, ou diversos outros motivos); vemos que nossa sociedade deve pensar na educação destes sujeitos nesta modalidade regular. Os números de alunos PAEE em escolas rurais pelo Brasil estão em crescimento como vimos, por este motivo não pode deixar de se pensar sua realidade de inclusão e de analisar seus contextos escolares.

4 RESULTADOS E ALGUMAS DISCUSSÕES

Analisamos a situação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, que estudam em escolas em áreas rurais, segundo as produções acadêmicas encontradas e selecionadas, para

assim trazer visibilidade para a situação educacional desta população e as ações inclusivas promovidas.

Com base nas pesquisas, buscou-se levantar alguns subtemas, a respeito da situação escolar do PAEE na escola rural, que é objeto deste trabalho; visando assim analisar sua realidade educacional com base nos estudos sobre a temática, para assim responder nossas questões problemáticas.

Para organizar de forma mais clara e objetiva, dividiu-se as pesquisas por ordem numérica de 1 a 9, somente com os títulos; seguindo a ordem a partir do ano inicial das pesquisas acadêmicas encontradas na área, em 2009. Dispôs-se na seguinte ordem anual:

Quadro 4.3 – Teses e Dissertações Identificadas – em ordem anual
TÍTULOS:
1- As políticas de formação do profissional docente em face da perspectiva educacional inclusiva no campo: do legal às vozes dos professores
2- Educação no campo e a escolarização de pessoas com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Paraná
3- Educação inclusiva na formação de educadores: uma experiência na licenciatura em educação do campo da universidade de Brasília
4- Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do prona
5- A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense
6- Realidades em contato: construindo uma interface entre a educação especial e a educação do campo
7- Escolas do campo e atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional
8- Propostas para uma educação inclusiva no ensino regular em uma escola do campo
9- Educação inclusiva no campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas
Fonte: Autoria Própria

Dentre o estudo destas pesquisas os resultados foram divididos entre as concordâncias e não concordâncias dos autores sobre os subtemas que elencamos. Estes sub-temas foram escolhidos a partir da análise dos

resultados de todas as pesquisas aqui levantadas, e que estão sendo analisadas.

4. 1 Concordância entre os autores das Pesquisas

Neste quadro estão os autores que concordam a partir do resultado de suas pesquisas que havia a oferta destes direitos e ações, de acordo com os dados obtidos em seus estudos. Foram divididos em 6 sub-temas, os direitos encontrados nas pesquisas, que são os seguintes:

Os subtemas estão elencados na primeira coluna do quadro 4.4; e na segunda coluna os estudos que trazem em seus resultados que tais direitos divididos nos sub-temas estão sendo garantidos, segundo os autores. Vale deixar claro que as pesquisas foram divididas por uma numeração de 1 a 9, conforme consta no quadro 4.3, seguindo a ordem de anuidade destas, a partir do primeiro ano de pesquisas encontradas na área em 2009.

Quadro 4.4: Pesquisas que concordam que tais direitos estão sendo garantidos	
Subtemas:	Pesquisas concordantes
1. Formação inicial e continuada dos professores	3
2. Infraestrutura	7
3. Oferta de atendimento educacional especializado	7
4. Respeito e Relações Interpessoais	9
5. Propostas e Ações inclusivas	8, 7, 3, 6
6. Espaços para a reflexão dos professores	3
Fonte: Autoria Própria	

Com base no quadro pudemos analisar que das 9 pesquisas somente 5 trouxeram em seus resultados que tais direitos estão sendo garantidos. A ação que houve mais ocorrência entre as pesquisas foi as “propostas de ações inclusivas”, na qual as pesquisas enumeradas 3, 7, 8 e 6 concordam

entre si que ocorreram ações inclusivas nas escolas onde fizeram suas pesquisas.

A respeito da formação inicial e continuada oferecida aos professores que lecionam para alunos com deficiência em escolas rurais, somente a pesquisa de número “3” afirma ter sido garantida. A pesquisa 3 afirma ainda que, existem espaços para reflexão dos professores e diálogos. Já o trabalho sete, discorre que é oferecida uma infra-estrutura adequada, e é ofertado o atendimento educacional especializado.

Com a análise observamos que são poucas as ações e direitos que os autores afirmam ser garantidos. Isso demonstra a falta de preocupação e a desestruturação da escola rural, que tem haver com os acontecimentos trazidos por Neto e Bezerra (2017, p. 2), sobre o processo de desmantelamento e fechamento de escolas rurais em nosso país: “De acordo com dados divulgados amplamente pela imprensa nacional, no ano de 2014, foram fechadas mais de quatro mil escolas rurais no Brasil, 37 mil unidades nos últimos 15 anos, o que dá em média oito escolas rurais fechadas por dia”.

4.2 Discordância entre os autores das Pesquisas

Neste quadro estão elencados os resultados dos estudos referentes aos direitos que não estão sendo garantido no contexto do objeto deste estudo. Foram divididos em 11 sub-temas as discordâncias entre os trabalhos, ou seja, referente aos trabalhos que não concordam que estes direitos essenciais a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, que não estão sendo garantidos nesta perspectiva. Estes sub-temas foram divididos na seguinte ordem:

Quadro 4.5: Pesquisas que concordam que tais direitos NÃO estão sendo garantidos	
Sub-temas:	Pesquisas concordantes
1. Formação inicial e continuada dos professores	6, 5
2. Respeito e Relações interpessoais	5, 8, 1, 2

3.	Aprendizagem dos alunos na sala regular	8, 7
4.	Transporte escolar Inadequado	5
5.	Oferta de AEE	7, 5, 4
6.	Apoio familiar	7, 5
7.	Infraestrutura inadequada	8, 7
8.	Propostas e Ações inclusivas	8, 5
9.	Condições de trabalho dos professores	7
10.	Criação de políticas públicas e ações includentes	8, 9, 4
11.	Invisibilização da temática	6, 5, 4, 8, 2
Fonte: Autoria Própria		

Como pudemos observar a maioria das pesquisas retratam que muitos direitos, em especial os principais que são prioritariamente determinados por leis, não estão sendo garantidos e que a falta de pesquisas também retrata esse silenciamento e invisibilidade.

Os tópicos que mais os autores concordam que não estão sendo garantidos são: a Invisibilização da temática; a criação de políticas e ações mais inclusivas; o desenvolvimento de propostas e ações mais inclusivas; que a infraestrutura das escolas que analisaram são inadequadas; que falta apoio familiar, muitas vezes pelos pais não reconhecerem que os filhos tem alguma deficiência por falta de conhecimento a respeito; não possui oferta de AEE; não está acontecendo a aprendizagem dos alunos na sala regular; existe falta de respeito, empatia e as relações entre o professor e o aluno com deficiência, não são construídas de forma empática e os professores não possuem uma formação inicial e continuada que ampare e o embase em suas práticas inclusivas.

A pesquisa cinco traz que o transporte escolar é inadequado, e a pesquisa sete que as condições de trabalho dos professores não colaboram no seu trabalho para a inclusão. As demais pesquisas como vimos acima no quadro concordam entre si a respeito da falta de garantia de tais direitos e ações.

5 CONSIDERAÇÕES

Constatamos que as leis que regem nosso país deixam claros os direitos de todos os estudantes, de terem uma educação de qualidade. Nessa perspectiva percebemos a necessidade de analisarmos os processos de inclusão dos educandos camponeses deficientes na educação; de modo que observemos se de fato, eles têm seus direitos garantidos nestas escolas e verificar como estão sendo oferecidos os caminhos para sua escolarização. Os resultados das pesquisas mostram que segundo as experiências encontradas os alunos que estudam nas escolas rurais regulares passam por alguns desafios maiores em sua escolarização, tais como, a falta de recursos locomotivos, estruturais, formativos, humanos, entre outros. Compreendemos com base nestes dados, que a efetiva inclusão dessas pessoas está acontecendo em algumas escolas, mais na maioria não se efetiva de modo pleno, gerando assim em muitos casos a exclusão das pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. C. **Educação inclusiva no campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 26 de abril de 2018.
- AMOEDO, F.K.F.; SOUZA, E.S.; SILVA, A.R.C. **Educação na Diversidade Amazônica: o atendimento especializado de estudantes com NEE na Escola Ribeirinha**. In: III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, São Carlos (UFSCAR), p.1-17, Out 2015.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2011. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da Educação Básica: Matrículas – 2016. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censoeducaçãobásica/matriculas/2016>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da Educação Básica: Matrículas – 2017. Disponível em: <

<http://www.inep.gov.br/superior/censoeducaçãobásica/matriculas/2017>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da Educação Básica: Matrículas – 2018. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br/superior/censoeducaçãobásica/matriculas/2018>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 4/2008, de 20 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb004_08.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23/04/2017.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. **Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15**. Rev. bras. educ. espec. vol.17 no. spe1 Marília May/Aug. 2011. ISSN: 1413-6538. P.93104. In: SCIELO. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382011000400.08>. Acesso em: 09 set. 2018.

CAIADO, K. R. M. (org.). **Educação Especial no Campo**. 1. Ed. Uberlândia, MG: Editora Navegando, 2017. V. 1. 159 p.

EVANGELISTA, G. R. **Propostas para uma educação inclusiva no ensino regular em uma escola do campo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2017.

FERNANDES, A. P. C. S. **A escolarização da pessoa com deficiência nas comu nidades ribeirinhas da amazônia paraense**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Especial) -Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

FREIRE, P. **A Mensagem de Paulo Freire** - Teoria e Prática da Libertação. Editora: Nova Critica. 1977.

GONÇALVES, T. G. G. L. **Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 17 de novembro de 2014.

PALMA, D. T. **Escolas do campo e atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara, 11 de fevereiro de 2016.

PONZO, M. G. N. **As políticas de formação do profissional docente em face da perspectiva educacional inclusiva no campo: do legal às vozes dos professores**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, maio de 2009.

SOUZA, S. R. C. **Educação no campo e a escolarização de pessoas com deficiência:** uma análise dos indicadores sociais no paran . 2012.
Disserta o (Mestrado em Educa o) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2012.